

O tema de redação do Enem: como des-ligar os sentidos?

(Writing in the Enem: how to separate senses?)

Stella Maris Rodrigues Simões¹

¹Doutoranda na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) e professora na
Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI)

stellamsimoes@yahoo.com.br

Abstract: The objective of this work is to think about to writing in the Exame Nacional do Ensino Médio [National High School Exam] (Enem), through the field of the Discourse Analysis. We will reflect upon the topic about subject-student writes and we will analyze about coordination and punctuation.

Keywords: Discourse; Enem; Punctuation; Coordination.

Resumo: Refletiremos, no interior do quadro teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, sobre os gestos de leitura e de escrita aos quais o sujeito-aluno é chamado em uma prova de redação. Escolhemos como espaço de reflexão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e recortamos para análise a formulação do tema apresentado ao aluno na prova de redação; tema em que será observado o funcionamento da pontuação e da coordenação das partes.

Palavras-chave: Discurso; Enem; Pontuação; Coordenação.

O tema de redação

Por um gesto metonímico, este trabalho foi nomeado por estrutura semelhante a que se observa em um tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No imaginário de responder o chamado à escrita (livre) e ter de oferecer uma proposta de intervenção a um problema brasileiro, o sujeito-aluno (de direito e de dever), assujeitado paradoxalmente, faz circular sentidos filiados ao tema já determinado. Analisando a formulação (o tema) que figura como um enunciado completo, porém sustentado na (e pela) coletânea – o bloco-de-memória disponível – pensamos na delimitação sobre a qual o sujeito deve escrever, sobre os sentidos que a atravessam e sobre as marcas estruturais que a sustentam.

A formulação, como analisa Orlandi (2012, p. 9), é “a dimensão horizontal, a linearização do dizer” e a constituição é “a dimensão vertical, estratificada”. Assim a formulação está para o intradiscorso, como a constituição, para o interdiscorso. O intradiscorso, conforme define Orlandi (2007, p. 88) é “a formulação da enunciação (o diferente), no aqui e agora do sujeito”, e o interdiscorso, como diz a autora, citando Pêcheux (2009 [1975]), é o “conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido”. O tema de redação, formulado em uma frase, cuja autoria é remetida ao porta-voz silenciador Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), significa a apropriação de um sujeito (ou do aparelho de estado) de sentidos circulantes em uma formação discursiva, da memória e dos dizeres que já significam nessa formação. A dimensão intradiscursiva “dá forma”, atualizando o dizer já dito no interdiscorso e também no bloco de memória já limitado pela coletânea textual.

O tema de uma redação é, portanto, uma formulação, um enunciado que atualiza e faz circular sentidos de uma formação discursiva, e silencia outras possíveis formulações desse dizer, já que o sujeito-aluno é chamado a pensar acerca dessa formulação. Assim, a formulação de um tema torna, ainda que imaginariamente, o político como matéria textualizada, escrita e inscrita no simbólico limitado. Pensamos como Orlandi (2012, p. 32) que “o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado”.

Se fosse oferecido ao sujeito-aluno apenas um assunto (um macro recorte, filiado ao eixo da constituição), talvez em seu gesto de escrever já circulariam sentidos dominantes, os “escolhidos” pelo sujeito para “agradar” ao porta-voz e ser julgado como competente. Contudo, confrontado com o tema formulado, precedido pelo bloco-de-memória, o aluno, já individuado pelo Estado e atravessado por relações do simbólico e do político, é novamente limitado pela formulação que “dá forma” ao seu dizer. É a linearidade do simbólico determinando (o determinado em) o político, dupla determinação em forma de tema formulado.

O dizer limitado da (na) pontuação

Fugindo ao domínio morfossintático e considerando a pontuação, conforme afirma Orlandi (2012, p. 110), como a “manifestação do interdiscurso na textualização do discurso”, tomamos a pontuação característica do tema de redação do Enem como marca discursiva, em que funciona o dizer e o silenciar dos sentidos já circulantes na coletânea textual. A autora (ORLANDI, 2012, p. 111) ainda reflete que a pontuação “faz parte da marcação do ritmo entre o dizer e o não-dizer”, e é na marcação, no limite pontuado, que os sentidos se cristalizam como significados ou se excluem como impossíveis, inauditos, in-significantes.

Percebemos, nos temas do exame, a presença de duas marcas que encerram a formulação: o ponto final (.) e o sinal de interrogação (?), e os dois pontos (:), sinal que aparece no interior do tema, ligando suas partes. Há, assim, duas estruturas nas quais os sentidos ganham forma: a frase declarativa e a frase interrogativa, ocorrendo também uma expressão apositiva, marcada por (:), no interior de várias delas. A estrutura declarativa será analisada inicialmente.

Refletindo sobre o imaginário produzido na (e pela) pontuação, Orlandi (2012, p. 118) diz que “o ponto final funciona imaginariamente como um signo de acabamento (impossível)”, assim a frase declarativa parece oferecer um limite aos sentidos, uma contenção de sua dispersão, um domínio do sujeito sobre o dizer. Sabemos ser a fronteira garantida pelo ponto final um efeito imaginário necessário à organização do simbólico e à significação do sujeito, já assujeitado em limites jurídicos, sociais, etários. Porém a completude pode também silenciar os sentidos outros que escapam para o depois do sinal colocado.

O ponto final é, imaginariamente, o limite entre o dito e o não-dito, dupla significação que inclui e exclui sentidos, regionalizando o dizer, eliminando a possibilidade do incerto, da dúvida. Assim circula o sentido do completo, seja no término de uma discussão ou no fim de um relacionamento, “colocar um ponto final” significa o fechamento, a negação do contínuo. Memória discursiva que também atravessa a formulação do tema de

redação do Enem. Para análise, pensaremos no tema do ano de 2005, “O trabalho infantil na realidade brasileira.” (1), e no de 2007, “O desafio de se conviver com a diferença.” (2).

Os temas do Exame, cujas formulações são finalizadas por ponto final, são curtos se comparados aos que encerram em ponto de interrogação. Talvez na dimensão reduzida, o núcleo nominal seja identificado mais facilmente e os sentidos pareçam circular interligados, em um bloco (pequeno) sedimentado pelo ponto que garante a ligação. Em (1), o substantivo “trabalho”, nuclear, é caracterizado por “infantil” e limitado pela locução adverbial “na realidade brasileira”, que acrescenta o local onde o trabalho se dá. Após a localização, o sentido é fechado, concluído. Todas as informações necessárias à redação estão dispostas e articuladas para que o sujeito-aluno escreva. A ausência de verbo faz da frase nominal um enunciado fortemente imperativo. Sem modalização, agente ou complemento, o enunciado circula como uma formulação cristalizada, verdadeira e inquestionável. Não há abertura para “o trabalho infantil *existe* na realidade brasileira?” ou “crianças *trabalham* no Brasil?”, pois a afirmação de natureza nominal fechada pelo ponto final cria o imaginário do inquestionável, do verdadeiro, do positivo, se temos “o trabalho infantil na realidade brasileira” é porque ele existe, crianças trabalham.

Estrutura semelhante se dá em (2). O termo nuclear “desafio” é um substantivo abstrato que necessita de um complemento para acrescentar a natureza do desafio. É introduzida uma oração subordinada de natureza substantiva funcionando como o complemento do substantivo, fechando-o. Pelo complemento nominal seguido de (.), ligada à inquestionável veracidade que atravessa o verbo flexionado no tempo presente do modo indicativo, conclui-se que “conviver com a diferença é um desafio”. Por um gesto parafrástico, pensamos ainda em “há desafios na convivência com o diferente” ou “o diferente enfrenta desafios de convivência”. Sentidos que, fechados pelo sinal, estão atados a essa formulação dada como cristalizada, e atravessados pela memória discursiva que filia “desafio” à dificuldade, algo árduo que deve ser vencido; e “diferença” à oposição, contrariedade, fuga ao padrão, ao normal... A diferença estaria posta como barreira a ser vencida? Seria a junção “desafio” e “diferença” uma combinação funcionando de modo fechado que foi apenas materializada como completez pelo ponto final?

Aqui não é necessário apresentar o limite “Brasil” como em (1), já que o sentido de “diferença” é associado aos de “diversidade”, “mistura”, “variação... Ideias circulantes na memória discursiva brasileira que remetem à imagem cristalizada que identifica o país em questão. O que parece incompletude se significa como ratificação de sentidos já ditos e atados, pela (e na) memória. Orlandi (2012, p. 112) ao refletir sobre o ponto final distingue a “incompletude, o a-menos”, e “em outra forma de apagar limites, o acréscimo, o a-mais”. Reflete também que “há dois movimentos inscritos no dizer, ao se considerar o funcionamento do acréscimo: a expansão (do interior para o exterior) e a inserção ou intrusão (do exterior para o interior)” (ORLANDI, 2012, p. 109). Ao acrescentar um espaço ao “trabalho infantil” ou um complemento ao “desafio”, ocorre um movimento de intrusão que apaga os possíveis limites entre os sentidos circulantes, que passam a circular como unidade, limites também silenciados na inserção do sinal de pontuação.

Pensamos assim no ponto final não apenas como marca gramatical que fecha a frase, mas no discurso e nos sentidos regionalizados nessa frase e por esse sinal. Pensamos no silenciamento significado no ponto ao encerrar a formulação, que incorporou sentidos ditos e questionamentos não permitidos. “*No silêncio está o real do sentido*” (ORLANDI,

2000, p. 29). Talvez no além do ponto final, no depois da fronteira dada aos sentidos esteja o silêncio. O silêncio à infância que trabalha ou à diferença significada como desafio; o silêncio irrompido pelo sujeito que escreve limitado no imaginário de verdade afirmada no tema.

Outra formulação recorrente na prova de redação é a frase interrogativa, marcada pelo sinal de interrogação. Já circula na nomeação da marca o sentido cristalizado de interrogar, questionar, duvidar, perguntar. Significando, portanto, como sinal que abre, que procura por resposta, sinal vazio a ser preenchido. À pergunta cabe uma resposta. Recordamos aqui a noção de *acrécimo*, de Orlandi (2012, p. 109), o *a-mais*. A colocação de um ponto de interrogação funciona, imaginariamente, como a busca pela completude, a ligação a um outro enunciado e o acréscimo de seus sentidos.

A expansão “que vai do interior para o exterior” é, conforme a autora, um dos movimentos de funcionamento do acréscimo (ORLANDI, 2000, p. 53). O sinal faz o sentido se direcionar para fora, levando-o à expansão. O tema de redação do ano de 2004 “Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?” (3) e o de 2001 “Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?” (4) parecem se movimentar ao acréscimo. Haveria nesses temas um silenciamento como o significado pelo ponto final? Ou o limite entre o dizer e o não-dizer estaria aqui apagado?

Como em (1) e (2), o tema (3) tem como centro o enunciado nominal em que sentidos figuram atados como verdade. “Garantir a liberdade de informação” e “Evitar abusos nos meios de comunicação” são blocos nominais circulando como sentidos inquestionáveis. “A liberdade de informação deve ser garantida”, ou “se devemos garanti-la é por que sua existência não pode ser considerada plena”; “os abusos nos meios de comunicação existem e devem ser evitados”: formulações fechadas, unidas por um conectivo e precedidas pelo advérbio interrogativo “como”, em que o sujeito é chamado a participar, a solucionar uma questão, a unir ideias que circulam como opostas. Temos, então, duas ideias fechadas (como por um ponto final imaginário) que, apesar de figurar com contrariedade, estão somadas, porém a união não está solidificada, já que ao sujeito-aluno é dado o dever de realizá-la.

A colocação do advérbio interrogativo no início da frase já supõe sua natureza interrogativa e também a natureza da dissertação elaborada: a de ser uma resposta que forneça “um modo de”, que se ligue ao “como” já oferecido. A interrogação ocorre antes da apresentação do sinal que ratifica o questionamento indicado. Em (4), os sentidos em adversidade são inseridos logo no início, também ligados pela conjunção aditiva. Se apenas essa dicotomia fosse apresentada como o tema de redação, já estaria o sujeito-aluno silenciado em relação a temas e combinações outras. Contudo poderia ele negar a possibilidade dessa junção e dissertar que “desenvolver e preservar” são gestos inconciliáveis, de “interesses em conflito”. Filiando a escrita à conciliação dos sentidos opostos é inserida uma oração interrogativa, também iniciada pelo advérbio, acréscimo que silencia a possibilidade de negar a soma e direciona a resposta, espaço em que se deve circular a maneira de efetivar essa soma, a junção.

Grantham (2009, p. 141) reflete que “a interrogação remete a um trabalho do sujeito-autor e a resposta, a um trabalho do sujeito-leitor”. Considerando o duplo dever do aluno, primeiramente chamado à leitura e depois, à autoria, concluímos que o gesto de

ler um tema formulado como frase interrogativa é atravessado por uma imagem de maior liberdade e incompletude, se comparada ao imaginário de completude que atravessa a formulação declarativa. Um questionamento, para a autora funciona como “um espaço de interpretação, de ação para o sujeito-leitor”, chamado que amplia a liberdade (imaginária?) do autor que deve oferecer uma resposta (sua?) à interrogação, à dúvida, do sujeito-autor Inep (GRANTHAM, 2009).

“Trata-se portanto de uma incompletude [...] essa incompletude convida os leitores a preencherem aquela lacuna porque reclama por uma injunção àquele discurso sinalizado como incompleto” (GRANTHAM 2009, p. 141). O sinal de interrogação materializado no tema significa o discurso incompleto, inacabado; o discurso do porta-voz oficial do governo que convida o aluno leitor a preencher a lacuna – de sentidos – como autor de uma dissertação. Muitos alunos, ao redigir sobre temas interrogativos, formulam “dicas” dirigidas a um leitor virtual – materializado pela 2ª pessoa verbal – fugindo ao padrão da modalidade dissertativa e se aproximando da injuntiva, gesto que, se lido como discursivo, explica-se pelo convite ao preenchimento do discurso, à vontade de eliminar a falta, a falha, instaurada pelo Estado, o qual os convida ao “agir” da autoria.

O sujeito-aluno leitor, no confronto com a interrogação, deve se significar como autor que responde a questão e “fecha” um espaço que “não é vazio, mas representa uma lacuna significante em que podem ser produzidos vários sentidos, porém (assim como as reticências) não qualquer sentido” (GRANTHAM 2009, p. 141). O silenciamento instaurado na inserção do (.), ao atar sentidos em bloco que funciona como já-dito, também funciona na colocação de (?), já que o sujeito pode atribuir muitas respostas sobre como “garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação” ou sobre “como conciliar desenvolvimento e preservação ambiental”, mas não lhe é permitido negar uma resposta ou revelar a adversidade que separa os sentidos. O aluno deve preencher a lacuna tendo como memória uma adição já formulada pelo porta-voz, a oposição silenciada como soma.

Para Grantham (2009, p. 143) “A interrogação, portanto, instaura no discurso uma forma de silêncio que significa não a falta do que dizer, mas uma opção por não dizer”. O Estado, representado na função do porta-voz silenciador Inep, não tem a dúvida de como solucionar os questionamentos feitos ao sujeito-aluno ou de como unir os sentidos que circulam como opostos, mas a resposta é silenciada, assim como a adversidade é apagada, a fim de atravessar o aluno – antes cidadão brasileiro – como o responsável pela transformação da nação, como aquele que por sua competência pode solucionar problemas brasileiros e preencher a lacuna, a falta do Estado. O imaginário preenchimento de um discurso aberto confirma a função de autoria e a filiação da formulação a uma formação discursiva neoliberal (ideias já discutidas), em que o sujeito-aluno deve cumprir com responsabilidade seus deveres para que seja significado como sujeito-de-direito.

“A pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação”, conforme Orlandi (2012, p. 116). Entendemos os sinais não apenas como recursos para reconstituir o ritmo e a melodia da oralidade, mas como marcas do sujeito se posicionando como autor, recortando sentidos e materializando-os em unidade, ainda que haja, na superfície textual, lacunas que revelam a separação. O último sinal a ser analisado funciona paradoxalmente como divisor

de enunciados e indicador de equidade. Os dois pontos ocorrem em algumas formulações do exame marcando um enunciado apositivo, como observado no tema (4). Tomaremos para análise o tema (5) “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”, do ano 2000, e o tema (6) “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado.”, de 2011.

Já discutimos que haveria uma limitação de sentidos se apenas o primeiro enunciado nominal fosse oferecido ao aluno, porém na busca pela delimitação e saturação dos sentidos, é acrescentado um novo enunciado (declarativo ou interrogativo) que repete o primeiro. Vale ressaltar que a repetição se distingue da reprodução, já que esta está para um gesto mnemônico, enquanto aquela, para um gesto sinonímico atado à historicidade, permitindo deslize, movimento. O sinal (:) funciona assim como marca de igualdade, em que, se trocado pelo sinal matemático (=), tem-se uma relação de conformidade entre os lados. Contudo, há também uma divisão entre as partes, em que os primeiros sentidos são preenchidos pela colocação dos posteriores, daí decorre o paradoxo que lhe é estruturante.

Ao ser chamado à leitura do tema, o sujeito-aluno é atravessado pela marca que indica uma entoação descendente (contrária à entoação ascendente do sinal de interrogação) e uma suspensão da voz na melodia da frase não concluída, aberta, a fim de anunciar a chegada de outro enunciado que garanta a completude (ainda que imaginariamente) ao período. O sujeito é atravessado pela separação hierárquica dos sentidos – em que o complemento é anunciado pelo sinal (:) – e pela junção dos enunciados que são oferecidos como discurso acabado, completo.

Para análise, tomaremos os recortes iniciais “Direitos da criança e do adolescente” (5) e “Viver em rede no século XXI” (6) como sentidos já delimitados, que, ao serem oferecidos ao aluno, atravessam-no como enunciado completo, sintagma nominal acabado como frase declarativa (1) e (2). Na posição de autoria, a dissertação estaria aberta para circular sentidos diversos sobre os direitos da criança e do adolescente, como discorrer sobre as conquistas já obtidas. O mesmo ocorreria com “viver em rede no século XXI”, em que o autor poderia se filiar, por exemplo, apenas aos benefícios advindos da internet. Entretanto, ao recorte inicial é acrescentado um novo enunciado em que diferentes sentidos passam a circular na frase e a atravessar o gesto de autoria. O sinal (:) marca simultaneamente anáfora e deslize de sentidos, conforme indicado abaixo.

Tabela 1. Elementos anafóricos

X		Y
<i>Direitos da criança e do adolescente</i>	:	como enfrentar <i>esse desafio</i> nacional?
(núcleo do recorte)		(expressão anafórica)
Viver em <i>rede</i> no século XXI	:	os limites entre <i>o público e o privado</i>
(núcleo do recorte)		(expressão anafórica)

Fonte: Elaboração da autora

Os “direitos da criança e do adolescente” são retomados na expressão “esse desafio”. A presença do dêitico anterior ao substantivo faz circular o conhecimento partilhado de que se fala do nome anterior “direito”, que só pode ser substituído pelo pronome porque “é um desafio”. A repetição histórica atualiza o núcleo que é re-significado como o desafio a ser enfrentado. No segundo recorte, pensamos no sentido nuclear “rede”, a relação porosa entre “o público e o privado”, e não no núcleo gramatical, o verbo substantivado “viver”, já que a relação anafórica se dá em relação à internet, à comunicação, e não em relação à vida. O sinal (:) anuncia a oposição que acaba por referenciar o termo nuclear; referência circulante no discurso atual, em que “internet”, “privacidade” e “público” estão filiados como em uma rede. O imaginário gramatical de que dois pontos anunciam uma igualdade, algo que já foi dito, mas será repetido, detalhado, enumerado ou resumido, faz com que o deslizamento seja silenciado e o sentido pareça saturado.

Tabela 2. Deslizes de sentidos

X	:	Y
Direitos	→	conquistas, luta, garantia leis, autorização, <i>desafios</i> ...
Rede	→	conexão, liberdade, público, (sem) fronteira, comunicação, (sem) <i>limite</i> ...

Fonte: Elaboração da autora.

Percebemos que “direitos” e de “rede” poderiam deslizar para sentidos outros que, quando associados ao recorte primeiro, atravessariam o gesto de autoria como um “tema outro” a ser significado. Pensamos ainda que a saturação, imaginada pela presença de um enunciado que completa e materializada na inserção de um sinal que funciona como de igualdade (:), é uma das muitas derivas do sentido nuclear. O enunciado, que seria o complemento a fechar a frase, é mais abrangente, se comparado ao recorte inicial, podendo circular nele um sentido até oposto, já que, “se as crianças e adolescentes têm *direitos*, esses já foram conquistados, logo não são um *desafio*”, ou “como *limite* estar associado à *rede*, em que há uma conexão livre, sem fronteiras, ilimitada”?

No imaginário de sinonímia que torna os dois pontos um sinal de igualdade, o sujeito se significa e o sentido desliza, o que se pode verificar na sentença abaixo, em que se lê: “sentido de X (recorte inicial) é menor ou igual ao sentido de y (complemento após o sinal) ou sentido de x é diferente (ou oposto) ao sentido de y, se e somente se houver uma interseção entre os sentidos de x e y”.

$$x \leq y \vee x \neq y \leftrightarrow x \cap y$$

Figura 1. Função paradoxal do sinal (:)

Fonte: Elaboração da autora

Não podemos considerar as relações discursivas como limitadas em um modelo matemático, mas o esquema é um facilitador para sintetizarmos a função paradoxal do sinal de pontuação (:) no tema de redação formulado no Enem. Supondo materializar sentidos equivalentes, o sinal divide um recorte de sentido restrito ou até contrário àquele que seria o do seu complemento. O deslizamento silenciado na cristalizada imagem de equivalência só é possível graças a um *efeito de sustentação*, como já descrito por Pêcheux (2009, p. 89), que, ao analisar o funcionamento da oração subordinada adjetiva explicativa, conclui que ela tem um “caráter incidente”, constituindo uma “espécie de retorno ao saber no pensamento”, podendo ser retirada sem que houvesse prejuízo à frase, mas que pode também derivar, deslizando para outros sentidos.

Comparamos a inserção da subordinada adjetiva à do sinal (:), que pode funcionar como a oração gerando o efeito descrito pelo autor. Por um gesto parafrástico podemos, por exemplo, pensar no tema (5) “Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”, formulado como a declarativa: “Os direitos da criança e do adolescente, *que são um desafio nacional*, devem ser enfrentados”. A explicativa em destaque funciona aqui como a “evocação lateral daquilo que se sabe de outro lugar”, conforme Pêcheux. Sabemos que os direitos devem ser enfrentados, porque ainda constituem um *desafio do país Brasil*. A “natureza ambígua da evocação” é assim marcada: se retirada, temos um esvaziamento de sentido, que parece já dito na junção de “direitos” e “enfrentar”.

O efeito de sustentação da oração funciona assim como no sinal, que, também pela ambiguidade, (in)determina e (in)satura os sentidos como frágil muralha entre dois enunciados e múltiplos dizeres. Como silêncio de enunciado que precisa ser completado. Como formulação de porta-voz que silencia e tenta saturar, na oposição que fecha, que acrescenta. Orlandi (2012, p. 118) reflete que “o texto dimensiona, por assim dizer, o discurso, e a pontuação é um de seus “instrumentos”. Seja na inserção de um ponto final (.), de um ponto de interrogação (?) ou de dois pontos (:), o tema apresentado ao sujeito-aluno é um texto a ser lido, um discurso dimensionado, recortado em forma de tema, em que sentidos circulam e são silenciados na colocação de um ponto. Mas também deslizam para o além do ponto e talvez, na deriva revestida de frase fechada, as faltas e falhas ressoem como ambiguidade a ser resolvida não pelo Estado, mas pelo brasileiro chamado à autoria.

O silenciamento do e

Além de se pensar no recorte dado ao discurso no funcionamento da pontuação, analisamos outro mecanismo recorrente na estrutura do tema de redação do Enem: a coordenação de enunciados nominais. Para exemplificação, tomaremos a proposta do ano de 1999, “Cidadania e participação social” (tema 7), e novamente o tema 3, cuja pontuação foi analisada anteriormente: “Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação? ”, de 2004.

Faz-se cristalizada a oposição entre *coordenação* e *subordinação* no domínio gramatical, em que esta é definida como a relação entre partes de valores distintos, entre o principal e o complemento, que se relacionam com dependência; e aquela, como a articulação entre partes de mesmo valor, que circulam com independência e sentido completo. Contudo, por vias discursivas, fugimos ao sedimentado gramaticalmente em direção à

incompletude e insaturação da oração, que, mesmo circulando como conjunto de sentido fechado e independente, está aberta à deriva, podendo ser parafraseada e deslizada a formulações outras, o que nos leva a analisar a distinção dita como taxonômica, somente como um efeito simbólico e ideológico.

Buscamos, assim, não a análise dos termos que se coordenam, mas pensamos em “como a ligação entre eles se faz possível”. Pêcheux (1981, p. 14) reflete que “Parece que é difícil determinar porque certos enunciados se coordenam e outros não. As regras e as coerções parecem deixar escapar sempre parcialmente seu objeto”. Um enunciado, dado como independente pela gramática, não pode se coordenar a qualquer outro de mesma classificação, havendo ligações possíveis e outras não permitidas. Impossibilidade que escapa às regras dicotômicas e ao limite que separa a (in) completude, já que o silêncio à possibilidade de coordenação revela um furo em que as filiações a discursos outros são ditas. A subordinação parece estruturar toda e qualquer relação entre enunciados, que, mesmo classificados como independentes, mostram-se insaturados, se os consideramos como recortes de um dizer já regionalizado, em que a ligação se dá nessa região apenas, e, que um deslocamento circula como combinação não permitida, “a frase sem sentido”.

Podemos pensar ainda na equivocidade da coordenação, por exemplo pelo funcionamento da conjunção coordenativa “e”, que possibilita a associação sentidos em adição – talvez regionalizados em um mesmo dizer discursivo – mas também em disjunção – separados por uma relação de alteridade que é apagada pelo funcionamento do “e”. Equivocidade ainda direcionada pelo permitido (ou não) do coordenar. Seria a relação de coordenação a ligação de sentidos da memória discursiva “acessível” em oposição a outras ligações possíveis, porém não solidificadas como possíveis? Estaria a subordinação – relação desigual em que predomina a dependência – como origem de toda ligação de enunciados? Pêcheux (1981) conclui que “O des-ligamento se dá justamente nos casos de coordenação em que a frágil ligação entre os elementos só é possível porque eles aí se ligam por complexos processos de memória discursiva” e que “funciona abundantemente a relação com outros discursos e não só dos elementos (empiricamente e/ou sintaticamente) próximos e presentes”. A combinação não permitida, a ausência de sentido é, assim, um caso de des-ligamento, em que o empírico e a sintaxe parecem não sustentar a articulação.

Tomando como exemplo o tema (7), o sentido de “cidadania” é somado ao de “participação social” e a adição é materializada pela inserção do conectivo “e”, uma conjunção coordenativa. Os dois sentidos parecem circular juntos, já que o sujeito cidadão é aquele que participa da sociedade, ou participar socialmente é um dever de cada cidadão. A adição funciona como relação lógica e evidente entre as partes coordenadas, o que ratifica a imagem cristalizada do conectivo, que, embora possa materializar outras relações de coordenação, como adversidade e alternância, se significa quase sempre como conjunção aditiva. A memória discursiva de enunciados ligados pelo “e”, como “Romeu e Julieta” ou “queijo e goiabada”, faz com que um par de elementos combinados pelo conectivo pareça atado por um sentido, e a independência que garantia a possibilidade de coordenar faz-se apagada. O sentido de “Romeu” está dependente ao de “Julieta”, subordinado a ele. A subordinação atravessa a completude inicial de cada termo no momento em que são atados como par e somados pelo “e”. O processo ocorre também na formulação do tema em análise, em que apenas o par “cidadania e participação social” foi entregue ao sujeito-aluno, como ideias antes fechadas, e agora dependentes do elemento a elas adicionado.

A conjunção silencia a independência de “cidadania”, que passa a ser significada junto à “participação da sociedade”, e o sujeito, como cidadão, deve participar socialmente, e o gesto de escrever pode ser pensado assim. “O valor semântico da coordenação é o de uma globalização – totalização”, definem Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 170); os sentidos, que figuravam com totalidade, ao serem justapostos, adquirem uma nova identidade a de metade que se soma, já que, conforme os autores, “a estrutura de coordenação constrói, literalmente, a unidade de um novo referente pela conjunção dos termos”.

Entretanto, na ligação dos enunciados “garantir a liberdade de informação” e “evitar abusos nos meios de comunicação” não há um ajuste tão evidente, já que parecem não estar associados em um mesmo “lado”, filiados em uma mesma região discursiva. Uma lacuna separa os sentidos em adversidade: a liberdade parece funcionar em um sentido oposto ao de evitar abusos. Contudo, ao serem coordenados e inseridos anterior e posteriormente ao “e”, passam a significar como junção, havendo um apagamento da oposição que os separava. Ao pensarmos, por exemplo, em “preto e branco”, somos atravessados pelo sentido de duplicidade, de completude das metades somadas, como em “Romeu e Julieta”, memória discursiva em que a força da adição, do equilíbrio, predomina em relação à contrariedade de que “o preto não é o branco” e “o branco não é o preto”. Os dois lados funcionam como o imaginário de mesmo peso e valor – condição imprescindível à relação de coordenação – porém o sentido de um está atado ao do outro, sentidos subordinados, adversidade re-significada como adição.

Para Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 169), “a estrutura gramatical da coordenação manifesta uma série de clivagens, que podemos interpretar em termos de estratégias discursivas”. O sentido da conjunção aditiva “e”, ao materializar a coordenação da estrutura dicotômica, atravessa o sujeito-aluno como o centro da relação. É irrelevante a natureza das partes, se comparada ao efeito de completude e silenciamento que funciona na inserção do conectivo, que soma as metades independente dos sentidos circulantes. Em (3), pede-se ao sujeito que apresente um modo de garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação, coordenação de sentidos contrários, cujas clivagens podem derivar ao discurso democrático atual – a liberdade garantida – e ao discurso ditatorial precedente – os ‘abusos’ evitados. Parece ocorrer aqui um des-ligamento, uma soma não permitida de sentidos já-ditos na memória como incompatíveis, como solução impossível de ser apresentada. Entretanto, o sujeito-aluno deve responder ao convite à escrita, feito pelo porta-voz Inep, com uma possibilidade de conciliação, efeito provocado pelo mecanismo discursivo (e não gramatical) da conjunção “e”, cuja memória aditiva é sobreposta à adversidade que atravessa a relação. Forma-se, assim, uma nova estrutura em que as metades passam a funcionar com completude, como evidência já existente, silenciando a adversidade que as distanciava.

A cada novo par co-ordenado um novo referente é construído e a relação de subordinação instaurada, já que o enunciado, antes funcionando imaginariamente como completo, é re-significado em metade a ser completada. O par ratifica sentidos já estabilizados como harmônicos – a cidadania e a participação social- ou atualiza a memória discursiva como novo enunciado inserido – a liberdade garantida e o abuso evitado – ratificação ou atualização que atravessam o gesto de leitura e autoria como somatória acabada. O aluno, no gesto de leitura, é atravessado pela completude do novo enunciado, mas também pelo convite à saturação dos sentidos, que ainda não funcionam como com-

binação cristalizada. Pelo gesto de autoria, o “cidadão” (e não o aluno) é chamado não somente a solucionar conflitos da nação brasileira, mas a tornar “Romeu e Julieta” ou “preto e branco” as formulações que, embora dadas como adicionadas, não estão empiricamente ou historicamente ligadas. No cidadão que se nega a dissertar, a soma das partes se faz frágil, e a participação social é des-ligada da completude inaugural. No bloco-de-memória oferecido como coletânea, a liberdade não foi garantida, mas sustentada por uma filiação a sentidos, a fim de evitar “abusos”. A coordenação funciona, no tema do Enem, como apagamento da lacuna presente entre sentidos incompletos, que, somados, figuram no imaginário brasileiro como verdade já existente e passível a solução. Silenciamento formulado como adição. Um (novo) modo de silenciar.

A formulação um tema de redação a ser apresentado ao aluno é um gesto de apropriação de sentidos já circulantes, é um recorte político e simbólico textualizado em estrutura que se mantém. Seja pelos limites da pontuação ou pelo silenciamento da coordenação, o mecanismo de elaboração de um tema não é a simples busca por um ajuste sintático e semântico, mas o enunciado recebido pelo sujeito-aluno atravessa-o com sentidos da formação discursiva dominante (estatal) e assujeita-o em cidadão responsável pela transformação da nação. “Não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona” (ORLANDI, 1999, p. 13). Independente do assunto formulado no tema, a obrigatoriedade de ter que solucionar um problema é o que marca sua posição sujeito submisso ao Estado, de servir ao Estado, com o dever de ajudá-lo como aluno competente que propõe uma intervenção. A repetição histórica de pontos (.), (?), (:), e da conjunção coordenativa (e) afeta o gesto de leitura e escrita como ideologia em funcionamento, estratégia discursiva em que dizer e silêncio des-ligam sentidos já significados na memória e re-significados a cada formulação.

REFERÊNCIAS

GRANTHAM, M.R. *Da releitura à escritura: um estudo pelo viés da pontuação*. Campinas, SP: Editora RG, 2009. 280 p.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. et al. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Bethania S.C. Mariani et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-179.

ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos*, Campinas, n. 4, p. 11-16, maio 1999.

_____. *Discurso e leitura*. 6. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000. 118 p.

_____. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. 218 p.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 224 p.

PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e des-ligação. Tradução de Eni P. Orlandi. In: B. CONEIN, JJ COURTINE, F. GADET, J. M.; MARANDIN; PÊCHEUX, M.; PUL, Lille. *Matérialités discursives*. 1981. (Tradução pela Pontes Editores, no prelo).

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1975]. 287 p.